

COMANDO 6 REGIAO MILITAR

Termo de Referência 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	160036-COMANDO 6 REGIAO MILITAR	TIAGO DE CARVALHO MATOS	15/06/2026 10:25 (v 0.23)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	276/2026	64299.008136/2026-90

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de 01 (uma) Plataforma Elevatória Articulada com motorização a Diesel, para atender às necessidades do Pelotão de Obras da 6ª Região Militar, com entrega no Comando da 6ª Região Militar, localizado na Praça Duque de Caxias, s/n, Salvador - BA, CEP: 40040-110, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

Item	Descrição	CATMAT	Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Plataforma Elevatória Articulada, motor Diesel, altura de trabalho mín. (ex: 16m), capacidade mín. (ex: 230kg).	626183	Unid.	1	R\$ 512.633.33	R\$ 512.633.33

OBSERVAÇÃO: O código CATMAT indicado neste documento foi utilizado de forma referencial e aproximada. Esclarece-se que não foi possível selecionar o item exato do objeto pretendido devido à ausência de código específico correspondente à plataforma desejada no catálogo do sistema Compras.gov.br. Portanto, para fins de perfeita identificação, especificação e execução do objeto, deverão ser consideradas, obrigatoriamente, as descrições detalhadas, requisitos mínimos e referências técnicas da plataforma estabelecidos explicitamente no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e neste Termo de Referência (TR).

- 1.1.1. Não se aplica estimativa de consumo individualizada por órgão gerenciador ou participante, uma vez que a contratação será realizada exclusivamente para atendimento de demanda interna do Pelotão de Obras da 6ª Região Militar.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, possuindo padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021).
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme critérios estabelecidos no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de emissão da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, prazo este que compreende a entrega, o treinamento operacional e o suporte inicial de garantia.
- 1.5. O contrato ou instrumento equivalente conterá as regras complementares relativas à vigência, entrega e demais obrigações acessórias, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e o dimensionamento dos quantitativos encontram-se pormenorizados nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), documento que integra o processo administrativo como apêndice deste Termo de Referência, em estrita observância ao Art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133 /2021.

2.2. O objeto desta contratação está devidamente alinhado ao Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 da 6ª Região Militar, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: (Inserir o número do seu PCA) 00394452000103-0000215/2026
- Data de publicação no PNCP: (Inserir Data) 13/05/2025
- ID do item no PCA: (Inserir ID) 1094
- Classe/Grupo: 2320 – Veículo sobre rodas
- Identificador da Futura Contratação: Pregão Eletrônico nº160036-276/2026

2.3. A necessidade da contratação decorre da urgência em dotar o Pelotão de Obras da 6ª Região Militar de meios próprios, seguros e eficientes para a execução de trabalhos em altura. O uso da plataforma elevatória articulada visa a manutenção de telhados de grandes vãos, fachadas, podas de árvores e reparos em sistemas de iluminação e redes elétricas.

2.3.1. A aquisição é essencial para garantir a conformidade com as normas de segurança do trabalho (NR-35 e NR-18), otimizar o tempo de resposta em intervenções de infraestrutura e eliminar o risco e o custo logístico associados à montagem de andaimes complexos, assegurando a continuidade das operações e a preservação do patrimônio da União sob jurisdição desta Organização Militar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução consiste na aquisição de equipamento de engenharia de alta performance (Plataforma Elevatória Articulada Diesel), visando a autonomia do Pelotão de Obras em intervenções de altura. O ciclo de vida do objeto compreende o fornecimento inicial, o treinamento obrigatório para operação e segurança, o uso intensivo em manutenções militares, a garantia técnica integral e a manutenção preventiva e corretiva necessária para a preservação de sua vida útil e operacional por um período estimado de **15 (quinze) anos**.

3.3. Especificação Técnica Detalhada:

- Tipo: Plataforma Elevatória Articulada;
- Motorização: Diesel, com potência mínima de 35 HP, atendendo às normas de emissões vigentes;
- Altura de Trabalho: Mínima de 14 (quatorze) metros;
- Capacidade de Carga: Mínima de 230 kg no cesto/plataforma;
- Alcance Horizontal: Mínimo de 8 (oito) metros;
- Tração: 4x4 (quatro por quatro), adequada para terrenos irregulares e solos de canteiros de obras;
- Segurança e Normatização: O equipamento deve possuir obrigatoriamente sistema de descida de emergência, alarmes sonoros e visuais de inclinação e sobrecarga, e estar em conformidade total com as normas NR-18 e NR-35, além da ABNT NBR 16776.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Sempre que possível, o equipamento deve atender a critérios de sustentabilidade definidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, priorizando motores com baixa emissão de poluentes e ruídos, respeitando o equilíbrio entre custo, desempenho e impacto ambiental.

Indicação de Marcas ou Modelos

4.2. Será admitida a indicação de marcas e modelos conforme justificativa técnica nos Estudos Técnicos Preliminares, com base em compatibilidade com a frota existente, padronização de manutenção ou desempenho técnico específico requerido para as obras da 6ª RM.

Exigência de Amostra

4.3. Não se aplicará a exigência de amostra física, dada a natureza e o vulto do equipamento. A conformidade técnica será aferida mediante a apresentação de catálogos técnicos detalhados, certificados de conformidade (NR-18/NR-35) e manuais do fabricante no ato da proposta.

Subcontratação

4.4. Não será admitida subcontratação do objeto contratual, dada a natureza específica do bem (Plataforma Elevatória Diesel) e a necessidade de garantia direta do fabricante/fornecedor quanto à procedência e assistência técnica.

Garantia da Contratação

4.5. Não haverá exigência de garantia contratual (arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021), uma vez que se trata de aquisição de bem padronizado de mercado, não customizado, conforme justificativa constante nos Estudos Técnicos Preliminares.

Exigência de Catálogos e Habilitação Técnica

Para fins de conferência da proposta e habilitação técnica, deverá ser apresentada cópia do Catálogo Técnico Original (em português ou com tradução juramentada), permitindo à Comissão de Contratação validar se os requisitos de potência e dimensões oferecidos condizem com o planejado neste TR.

Margem de Preferência

4.6. Não se aplica margem de preferência para o item desta contratação, por não se enquadrar nas hipóteses previstas nos Decretos vigentes sobre o tema.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Do Prazo e Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega do equipamento será de até 30 (trinta) dias úteis, em remessa única, a contar do recebimento da assinatura do contrato.

5.1.2. A entrega deverá ocorrer por remessa direta ao órgão contratante, sendo de inteira responsabilidade da contratada o transporte em caminhão prancha ou meio adequado para máquinas pesadas, incluindo despesas com frete, seguro e descarregamento (uso de rampas).

5.1.3. O horário para entrega será:

- Segunda a quinta-feira: das 09h00 às 16h00;
- Sexta-feira: das 08h30 às 11h00.

5.1.4. O local de entrega será: Praça Duque de Caxias, s/n – Salvador/BA – CEP: 40040-110 (Comando da 6ª RM / Pelotão de Obras), mediante agendamento prévio de no mínimo 48 horas com o Fiscal do Contrato.

5.1.5. No ato da entrega, a contratada deverá realizar a entrega técnica, consistindo na conferência de todos os itens, demonstração funcional e treinamento básico de operação e segurança para os militares indicados.

5.1.6. Caso a entrega não possa ocorrer na data agendada, a empresa deverá comunicar a Administração com 02 (dois) dias úteis de antecedência para reprogramação, sob pena de aplicação de sanções por atraso.

5.2. Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.2.1. O prazo de garantia do equipamento será de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, ou o prazo superior ofertado pelo fabricante em proposta.

5.2.2. A garantia integral abrangerá a manutenção corretiva, com substituição de peças originais e reparos necessários para manter a funcionalidade e segurança total da plataforma, sem qualquer ônus para a União.

5.2.3. A assistência técnica deverá ser prestada de forma local (nas dependências da 6ª RM em Salvador) ou por rede autorizada local, considerando a logística complexa de deslocamento do equipamento.

5.2.4. O equipamento que apresentar vício ou defeito deverá ser reparado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a notificação formal.

5.2.5. Prorrogações desse prazo (ex: importação de componentes) deverão ser formalmente justificadas e aceitas pela Fiscalização.

5.2.6. Todos os custos de deslocamento de técnicos, ferramentas e transporte de peças cobertas pela garantia são de responsabilidade exclusiva da contratada.

5.3. Da Transição e Finalização do Contrato

5.3.1. Por se tratar de fornecimento pontual de bem permanente, a finalização do contrato ocorre com o Recebimento Definitivo, a entrega técnica satisfatória e o encerramento do período de garantia, não sendo necessários procedimentos adicionais de transição.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Comando da 6ª RM e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em casos de assistência técnica urgente.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações sobre obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias para a entrega técnica, método de aferição dos resultados e sanções aplicáveis.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) responsável(is) ou seus substitutos, designados pela autoridade competente.

Fiscalização Técnica

6.7. O Fiscal Técnico (do Pelotão de Obras) acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, assegurando que o equipamento entregue atenda rigorosamente às especificações de altura, carga e motorização previstas.

6.8. O responsável anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, incluindo a avaliação da entrega técnica e treinamento.

6.9. Identificada qualquer inexatidão, vício de fabricação ou irregularidade no equipamento, o responsável emitirá notificações para correção ou substituição imediata, com prazo determinado.

6.10. O responsável informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou medida além de sua competência.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a entrega da plataforma nas datas previstas, o responsável comunicará imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O responsável também comunicará ao gestor o cumprimento integral das obrigações da contratada para fins de atesto e liquidação.

Fiscalização Administrativa

6.13. O Fiscal Administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará a assinatura do contrato, pagamento, garantias técnicas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando documentos comprobatórios quando necessário.

6.14. Em caso de descumprimento de obrigações (atraso na entrega ou falta de assistência técnica), o fiscal administrativo atuará tempestivamente, reportando ao gestor providências que ultrapassem sua competência.

6.15. A fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- 6.15.1. Registro sistemático das ocorrências relevantes no histórico do contrato;
- 6.15.2. Acompanhamento do cumprimento dos prazos de entrega e validade da garantia;
- 6.15.3. Comunicação tempestiva de riscos à execução contratual.

6.16. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos do equipamento.

Gestão do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.17.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, com registros formais de recebimento e termos de garantia;
- 6.17.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais e informar à autoridade superior sobre situações críticas;
- 6.17.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação para fins de empenho e pagamento;
- 6.17.4. Emitir documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento das obrigações (atesto de recebimento definitivo);
- 6.17.5. Providenciar a formalização de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, se necessário;
- 6.17.6. Elaborar relatório final sobre a consecução dos objetivos (aquisição da plataforma);
- 6.17.7. Enviar ao setor competente a documentação para liquidação e pagamento.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa o contratado que:

- a) Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- b) Não entregar o equipamento no prazo estabelecido;
- c) Entregar a plataforma em desacordo com as especificações técnicas (motorização, altura, capacidade ou itens de segurança inferiores);
- d) Deixar de realizar assistência técnica ou não corrigir defeitos no prazo de 10 (dez) dias úteis durante a garantia;
- e) Entregar o equipamento sem o laudo de Teste de Carga e Estabilidade ou em desacordo com a ABNT NBR 16776 e NRs vigentes;
- f) Apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo ou praticar atos de má-fé.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência: aplicada em casos de faltas leves que não prejudiquem a execução do objeto.
- 7.2.2. Multa:
 - Moratória: de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15%.
 - Compensatória: de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato (R\$ 47.500,00) em caso de inexecução total ou parcial.
- 7.2.3. Impedimento de licitar e contratar: pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública Federal.
- 7.2.4. Declaração de inidoneidade: para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federados, por prazo de 3 a 6 anos.

7.3. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes prazos:

- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso das sanções previstas nos itens 7.2.1, 7.2.2 e 7.2.3;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso da sanção prevista no item 7.2.4.

7.4. As penalidades serão registradas no SICAF e, conforme a gravidade, no CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e no CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas).

7.5. A aplicação das penalidades não exime o Contratado da obrigação de reparar danos causados à União ou de substituir o equipamento por outro que atenda rigorosamente às exigências deste Termo de Referência.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Do Recebimento Provisório

- 8.1.1. O equipamento será recebido provisoriamente no ato da entrega técnica, mediante apresentação da Nota Fiscal, pelo Fiscal Técnico do Pelotão de Obras.
- 8.1.2. O recebimento provisório serve para conferência minuciosa da conformidade do motor, sistemas hidráulicos, alcances e dispositivos de segurança.
- 8.1.3. A plataforma será rejeitada se apresentar avarias de transporte ou especificações inferiores. A contratada deverá substituí-la, às suas expensas, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

8.2. Do Recebimento Definitivo

- 8.2.1. O recebimento definitivo ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis (conforme Art. 140 da Lei nº 14.133/2021), contados da entrega e do treinamento operacional, após a realização de testes de carga e inclinação em campo.
- 8.2.2. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade por vícios ocultos ou falhas estruturais, nos termos do Art. 141, §1º da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Verificação Técnica (Itens Obrigatórios)

A conferência técnica avaliará obrigatoriamente:

- 8.3.1. Funcionamento dos comandos (base e cesto), integridade da lança/chassi e lacres de segurança;
- 8.3.2. Manuais originais em português, certificado de garantia e kit de ferramentas básico;
- 8.3.3. Laudo de Teste de Carga e Estabilidade, que deve acompanhar o equipamento sob pena de recusa imediata no recebimento provisório.

8.4. Liquidação

- 8.4.1. Após o atesto definitivo, o prazo para liquidação será de até 5 (cinco) dias úteis, observando a conformidade da Nota Fiscal e a regularidade fiscal via SICAF, conforme a IN SEGES/MGI nº 91/2022 (que atualizou as normas de pagamento).

8.5. Pagamento

- 8.5.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação, via Ordem Bancária (OB).
- 8.5.2. Eventuais atrasos por culpa da Administração ensejarão atualização monetária pelo índice IPCA, calculado pro rata die.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de processo licitatório, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, adotando-se a modalidade Pregão, na forma eletrônica, considerando tratar-se de bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital (Art. 6º, inciso XLI).

9.1.2. Será adotado o critério de julgamento por menor preço, observado o valor máximo aceitável definido na pesquisa de preços como limite de aceitabilidade.

9.1.3. A pesquisa de preços que baliza o valor máximo foi realizada em estrita observância ao Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se da combinação de dados extraídos do Painel de Preços/Compras.gov.br e cotações diretas com fornecedores especializados do setor de máquinas pesadas.

9.2. Forma de fornecimento

9.2.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma integral, em remessa única, não sendo admitidas entregas parciais ou de equipamentos usados /recondicionados.

9.2.2. O fornecimento somente será considerado concluído após a efetiva entrega técnica e o treinamento operacional dos militares, conforme detalhado no Modelo de Execução (Tópico 5).

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 512.633,33 (quinhentos e doze mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**, conforme detalhado na Memória de Cálculo anexa a este Termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo foi obtida mediante a utilização da **Média Aritmética** dos valores identificados em pesquisa de mercado, em estrita observância ao **Art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021** e ao **Art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**. A pesquisa priorizou sites especializados de empresas do ramo, dada a especificidade técnica do objeto e a necessidade de aferição de preços contemporâneos e fidedignos.

10.3. A estimativa levou em consideração o custo total do ciclo de vida do objeto e os riscos envolvidos na contratação, incluindo a logística de transporte de equipamento de grande porte e a garantia de assistência técnica, conforme parâmetros estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

10.4. Os preços estimados serão objeto de reexame, se necessário, na fase de julgamento das propostas, para garantir que o valor final da contratação esteja em conformidade com os preços praticados no mercado no momento da celebração do ajuste.

- 10.5. Em caso de utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas hipóteses previstas no **Decreto Federal nº 11.462/2023**, especificamente quando:
- 10.5.1. Houver redução dos preços praticados no mercado;
- 10.5.2. Ocorrer fato superveniente que eleve o custo dos bens, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.5.3. Houver criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- Gestão/Unidade: 160036 / 00001
 - Fonte de Recursos: 1000000000
 - Programa de Trabalho: 171502
 - Elemento de Despesa: 449052 (Equipamentos e Material Permanente)

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Salvador Bahia, 15 de junho de 2026.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

- 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO** 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Contrato), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica o reconhecimento de que:
- 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas na Autorização de Contratação Direta, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente encerrado após a entrega e o recebimento definitivo do objeto, não sendo cabível prorrogação, dada a natureza da contratação imediata e sem obrigações futuras.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. O Contratante deve: Exigir o cumprimento das obrigações previstas no Termo de Referência e seus anexos; Receber os bens entregues conforme prazo e condições estabelecidas; Notificar o Contratado sobre eventuais defeitos ou irregularidades, estabelecendo prazo para correção ou substituição, se necessário; Fiscalizar a entrega e execução do contrato; Efetuar o pagamento conforme condições previstas; Aplicar sanções previstas em caso de descumprimento; Comunicar à Advocacia-Geral da União para providências judiciais quando necessário;


14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, xxxxxxxxxxxx declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº xxxxx, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação. Salvador - Bahia, 19 de junho de 2025

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 TIAGO DE CARVALHO MATOS
Data: 15/06/2026 10:27:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TIAGO DE CARVALHO MATOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 10:25:29.